

INFLUÊNCIAS DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NA FORMAÇÃO DE TRABALHADORES: PAPÉIS COINCIDENTES?

Ademir Valdir dos Santos, Centro Universitário de Jaraguá do Sul – UNERJ,
ademir@unerj.br

Introdução

A discussão da relação entre família e escola é desafiadora. Recente texto¹ apresenta elementos para caracterizar essa complexa problemática, concluindo, entre outros aspectos, quanto à necessidade de “... conhecer a diferença na maneira pela qual o processo histórico de articulação família-escola vem incidindo sobre os diversos meios e agentes sociais” (Nogueira, 2005, p.13)

A ação familiar e escolar na formação do trabalhador é objeto desta pesquisa. Discutem-se os processos gerados, salientando a incorporação do olhar dos trabalhadores sobre suas trajetórias formativas e, concomitantemente, dialogando com visões de pesquisadores. O problema é proposto, inicialmente, com foco na formação de trabalhadores e na elaboração de uma cultura do trabalho, na perspectiva das relações entre trabalho e educação². Mas o objetivo é discutir correlações entre as relações sociais vivenciadas no âmbito da família e da escola, evidenciando-se suas implicações na reprodução da força de trabalho, com base nas habilidades indicadas pelos trabalhadores como contribuições familiares e escolares.

A voz do trabalhador realimenta a discussão sobre o modo como as organizações familiares e escolares corroboram na formação do sujeito e de suas atitudes com relação ao trabalho. Emergem orientações distintas, mas imbricadas e complementares: de modo direto, se conhece o discurso de mulheres e homens operários sobre sua formação e, indiretamente, se caracteriza a ação das famílias e escolas na elaboração e operacionalização de seus princípios e estratégias.

Na primeira parte abordo alguns papéis que a família e a escola desempenham na formação humana. Brevemente são fornecidas peculiaridades sobre a modificação

¹ Trata-se do trabalho apresentado na 28ª. Reunião Anual da ANPEd, *Família e Escola na Contemporaneidade: os meandros de uma relação*, que, conforme sua autora significou “...uma colocação inicial do problema que demanda certamente continuidade em trabalhos futuros.”

² A discussão está no artigo *Os papéis da família e da escola na constituição dos sujeitos: implicações na formação dos trabalhadores*, apresentado no GT Trabalho e Educação, na reunião da ANPEd, em 2005.

histórica das instituições familiar e escolar na região da investigação. A seguir, apresento os resultados da pesquisa sobre a formação dos trabalhadores. Então, com base no seu discurso, são reunidos argumentos e reflexões quanto às possibilidades de ampliar a compreensão da relação entre as famílias e as escolas.

A família e a escola como instituições de formação: oportunizando a polissemia

A importância das instituições sociais e de sua ação numa determinada cultura é enfatizada na concepção antropológica de Malinowski (1975): as atividades individuais e coletivas estão intimamente relacionadas com o conjunto de instituições sociais. Caracterizar uma cultura implica estudar as instituições da organização social, considerando que há um complexo de valores e acordos que determinam a ordenação de cada uma delas e de seu conjunto.

Como instituição universal, a família realiza o princípio de integração pela reprodução enquanto a escola constitui-se em unidade especializada no ensino. Mas a atuação da família e da escola não é determinante exclusiva da formação, que é realizada com base nas contribuições e interações de outros agentes sociais institucionalizados. Considere-se, também, a dinamicidade histórica das modificações que atingem as funções da família e da escola, enfatizando contemporaneamente tanto o seu papel instrumental quanto novas e diversas funções, como aquelas relacionadas à afetividade e às possibilidades dos sujeitos responderem às transformações no mundo do trabalho.

Como objeto de investigação, as relações entre a família e a escola tem sido freqüentemente abordadas. Afirma Romanelli (2003, p. 245) que “Esses estudos contribuíram com reflexões bastante relevantes para a análise do vínculo entre famílias de diferentes segmentos sociais e a instituição escolar, e também suscitaram indagações acerca de alguns aspectos desse vínculo”.

Há convergência sobre as possibilidades de exploração dos liames entres essas instituições. Para Connell, Ashenden, Kessler & Dowsett (1995, p. 58), “Qualquer um que espere entender o contexto social do ensino deve tentar entender como as famílias dos alunos vêm a ser o modo que elas são.” E para que se atinja tal escopo, ratificam a

eficácia metodológica de pensar a relação entre as famílias e as escolas em função da organização do trabalho.³

A família

Diferentes áreas de conhecimento concebem a família, sua constituição e funções de modos variados⁴. Nesta pesquisa, a análise considera, sobretudo, sua natureza operária:

Evidentemente que, se por um lado as considerações sobre a família têm uma ampla gama de trabalhos e tratados, sejam eles antropológicos, sociológicos, jurídicos, psicológicos ou religiosos, poucos têm focado esta unidade social tendo como perspectiva sua inserção no contexto capitalista de produção, e mantendo com ele profundas inter-relações⁵

Ela atua como reprodutora da força de trabalho: a família operária é uma unidade social que se realiza concretamente dentro de uma situação de classe. Do ponto de vista de seus membros, a organização e ação familiares estão dirigidas para a efetivação das condições de sobrevivência. Numa perspectiva mais ampla, têm o objetivo de reprodução da força de trabalho em seus aspectos materiais e ideológicos. Seu estudo requer que se considere a lógica do processo de produção, o que inclui, simultaneamente, dois processos reprodutivos. Trata-se, primeiramente, da reprodução dos meios de produção, em que a força de trabalho é componente essencial. Depois, abarca as próprias relações de produção, para as quais a componente ideológica de criação das condições de manutenção do sistema é vital.

A família pode ser vista, funcionalmente, como um subsistema social e agente da cultura, estando sua organização conformada às necessidades pessoais e coletivas de “adestramento” e capacitação individual através da assimilação de valores e padrões de conduta exigidos pelos papéis sociais. Sob a ótica da formação social capitalista, coloca-se a família como repressiva e burguesa, submetendo e alienando principalmente os jovens e as mulheres, colaborando na manutenção do *status quo*. Ela reproduz o trabalhador – enquanto força de trabalho – pois é dentro da família que se realizam atividades que permitem ao operário a reposição de sua força de trabalho, para que

³ Para os autores são três os aspectos da estrutura social a considerar: além da organização do trabalho, a organização das cidades e a relação entre os gêneros.

⁴ ROMANELLI (2003, p. 247-261) aprofunda esta discussão e suas implicações metodológicas na pesquisa sobre a família.

⁵ FAUSTO NETO, A. M.Q. *Família operária e reprodução da força de trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982. p.9.

possa continuar a ser vendida. Uma rotineira organização doméstica cotidiana permite ao trabalhador chegar à fábrica diariamente. Trata-se de uma dimensão material da produção, associada a uma outra função que também se realiza no meio familiar: a reprodução, no plano ideológico, não somente da força de trabalho atual como a dos futuros trabalhadores⁶. Antigas e novas gerações - avós, pais e filhos – elaboram, assimilam e partilham atitudes de formação.

À ênfase na natureza operária das famílias soma-se a necessidade de considerar as mudanças que ampliam e alteram suas funções. Nogueira (2005, p.6) evidencia a

... diversificação do papel educativo da família. As funções de socialização, que anteriormente se realizavam preponderantemente no meio social mais extenso (vizinhança, grupos de pares, parentela extensa), ganham peso no interior da esfera doméstica que se torna palco de transmissões diversas (de posturas corporais, de valores e condutas morais, de habilidades intelectuais, de saberes).

Busco caracterizar, brevemente, a estrutura das famílias na região geográfica onde a pesquisa foi realizada. Do ponto de vista histórico, o movimento inicial de sua configuração está associado à fixação no nordeste catarinense de colonizadores europeus, principalmente de alemães luteranos, a partir do século XIX. Sendo a imigração teuta predominantemente familiar, constituiu a força de trabalho das atividades econômicas nas primeiras décadas que se apoiavam na exploração da pequena propriedade rural. Os filhos significavam potencial laboral e tal organização doméstica consolidou um modelo de família caracterizado pelo compartilhamento das atividades produtivas e por outros aspectos e valores étnico-culturais, impregnados de elementos culturais distintivos fundamentados no pertencimento aos grupos de imigrantes e sua descendência.

O industrialismo emergente, na década de 1960, rompeu as relações domésticas tradicionais. A inserção de homens e mulheres no trabalho fabril caracterizou o surgimento do camponês-operário⁷. A industrialização gerou a diversidade de arranjos, coexistindo famílias nucleares e uma série de recomposições, destacando-se as que têm mulheres como arrimos de família⁸. O desenvolvimento atraiu mão-de-obra, trazendo

⁶ Ibidem, p.13-20. Parafrazeio, livremente, as reflexões da autora citada.

⁷ Esta categoria é apresentada por Seyferth (1990). Cf. SEYFERTH, G. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 1990.

⁸ Como um dos setores mais fortes da indústria local é o têxtil, que emprega majoritariamente mão-de-obra feminina, há um grupo de mulheres assalariadas que reúnem condições de, na ausência da figura masculina na composição familiar nuclear, assumirem a chefia da casa e sua manutenção.

gente de outras regiões, portando novos elementos culturais, significando a negação, manutenção, incorporação ou alteração de tradições, hábitos e atitudes, engendrando uma cultura do trabalho particular.

A escola

Estudos sobre as relações entre a educação e a sociedade trazem uma análise da influência escolar na formação elaborada sob dois enfoques: a escola (educação) como fator de desenvolvimento econômico ou com papel funcional ao sistema capitalista, do ponto de vista econômico e ideológico, qualificando da mão-de-obra.

A indústria posiciona a escola como “forma principal e dominante de educação”, pois que a “universalização da escola primária promoveu a socialização dos indivíduos nas formas de convivência próprias da sociedade moderna”, numa realidade em que a maquinaria e a introdução de novas tecnologias solicitam da escolarização a formação para o processo produtivo (Saviani, 1994, p.163).

Mas que conteúdos, habilidades e conhecimentos a escola disponibiliza na sua ação formativa e que serão utilizados pelo trabalhador? Conforme Fonseca (1996, p.199), a escola influi na existência devido a sua ampla ação educativa:

Não pode, por isso mesmo, ignorar-se o papel que os processos de socialização inerentes à passagem pelo sistema educativo desempenham na interiorização e assimilação de um certo número de hábitos, normas, atitudes e valores inerentes à sociedade a que se pertence e, mediante os quais, cada pessoa realiza a tarefa comum de construção social da realidade.

O artigo “O Significado da Escolaridade Obrigatória na Perspectiva do Mundo do Trabalho: a necessidade de um perfil educativo” enfatiza a função de integração social da escola⁹:

A educação escolar, identificada num dado currículo, tem um significado marcadamente social já que perspectivada quer pelos interesses das forças sociais que buscam na educação algum tipo de utilidade, quer pela integração do aprendente numa sociedade que lhe exige o desempenho de determinados papéis. Deste modo, a socialização do sujeito é uma das finalidades principais da escola que servirá para prepará-lo para o mundo do trabalho, fornecendo-lhe hábitos de trabalho e habilidades intelectuais e manuais.

⁹ PACHECO, J.A. O significado da escolaridade obrigatória na perspectiva do mundo do trabalho: a necessidade de um perfil educativo In: COLÓQUIO NACIONAL, ASSOCIATION FFRANCOPHONE INTERNATIONALE DE RECHERCHE EM SCIENCES DE L'EDUCATION. VI, 1995, Lisboa. *Formação, saberes profissionais e situações de trabalho*. Actas do VI Colóquio Nacional da Secção Portuguesa da AIP ELF/AFIRSE. Lisboa, [S.I.].1995, v.II. p.223-232.

Abordo agora a natureza das instituições escolares na região da pesquisa. Nas colônias alemãs que originaram as atuais cidades de Santa Catarina onde vivem os trabalhadores entrevistados, predominavam os imigrantes de religião luterana, para quem a construção de uma escola significava uma das principais preocupações, já que todas as crianças necessitam aprender a ler e escrever para conhecerem os textos bíblicos¹⁰. As comunidades religiosas erguiam uma edificação que servia, simultaneamente, como escola e igreja. As “escolas alemãs” existiram até as primeiras décadas do século XX e contribuíram na conservação, difusão e transmissão de valores éticos e étnicos. A literatura sobre essas instituições comunitárias destaca a formação laboral, suportado pela exaltação ideológica do amor ao trabalho:

O que na verdade caracterizava essas escolas, como disse o Prof. Arnildo Hoppen, era que se aprendia a trabalhar. Hoppen nasceu em Palmas, Alto Taquari, (3ª geração), onde iniciou sua vida escolar “numa escola colonial muito boa”, dirigida por um professor alemão do Estado de Württemberg. Depois foi mandado para o internato em Lajeado, na escola do já citado professor Dick, fazer o 5º. ano. Terminado o ano, veio para Seminário Evangélico para Professores, em São Leopoldo, onde, como também diz, “continuei aprendendo a trabalhar” e depois de formado professor “levei o trabalho como bandeira”. Temos em Hoppen, como de certo em dezenas de outros professores [...] um bom exemplo dos frutos das assim chamadas “escolas coloniais” e do desempenho de filhos de colonos¹¹.

Devido à nacionalização, muitas das antigas escolas foram fechadas e outras foram transferidas para os sistemas educacionais públicos. Quanto às escolas recentes e suas propostas formativas, cito a orientação tecnicista da Lei de Diretrizes e Bases 5692/71, que objetivava atender à qualificação para a industrialização nacional. Essas estiveram a serviço da educação no período da industrialização do nordeste catarinense, contribuindo para a formação da mão-de-obra dos eventuais trabalhadores da indústria que emergia. Manteve-se, temporalmente, o trabalho como finalidade objetiva da formação.

Metodologia da pesquisa

A investigação foi realizada em uma empresa do setor têxtil, numa unidade fabril localizada no nordeste catarinense, no ano de 2001. A tabela 1 apresenta o perfil sociográfico dos trabalhadores respondentes. Foram validados 1264 questionários. O expressivo número de costureiras na população justifica a maioria feminina.

¹⁰ Um aprofundamento da questão pode ser conseguido nas seguintes fontes: SCHADEN, E. Aspectos históricos e sociológicos da escola rural teuto-brasileira. In: *I Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros*. Porto Alegre: UFRGS, 1963, p.65-77; MÜLLER, T.L. A nacionalização e a escola teuto-brasileira evangélica. In: MÜLLER, T.L. (Org.). *Nacionalização e Imigração Alemã*. São Leopoldo: Unisinos, 1994, p.65-86; SEYFERTH, G. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 1990.

¹¹ MÜLLER, T.L. (Org.) *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Unisinos, 1994, p.69.

Observanda a religião dos respondentes, nota-se o significativo percentual de protestantes luteranos.

Tabela 1 – *Identikit* dos trabalhadores respondentes

(Em valores absolutos e %)

VARIÁVEIS		v.a.	%
Idade	Até 21 anos	384	30,4
	22-35 anos	607	48,0
	35-50 anos	247	19,5
	51-71anos	9	0,7
	Acima 72 anos	17	1,3
Sexo	Masculino	427	33,8
	Feminino	825	65,3
	n.r	12	0,9
Local de nascimento	Em Jaraguá do Sul	721	57,0
	Em Santa Catarina	385	30,5
	Fora de Santa Catarina	137	10,8
	Fora do Brasil	1	0,1
Estado civil	Casado	655	51,8
	Solteiro	439	34,7
	Outro	108	8,5
	n.r.	62	4,9
Religião	Católico	614	48,6
	Protestante Luterano	485	38,4
	Outra	84	6,6
	n.r.	81	6,4

O questionário respondido continha 16 questões. O perfil sociográfico é elaborado com base em 12 delas. Foram construídas quatro diferentes escalas de medida de atitudes. Em duas delas os respondentes indicaram quais as habilidades aprendidas na família e na escola e que influíram para sua formação como trabalhadores¹².

Os itens das escalas de medidas de atitudes formadas pela família e escola eram vinte: ler, escrever, contar, interpretar, comunicar-se, redigir, prestar atenção, ser disciplinado, organização, responsabilidade, ter respeito, ter higiene, cumprir horário, trabalhar em grupo, obedecer, analisar, falar bem, amor ao trabalho, falar outra língua, usar ferramentas ou máquinas. A quantidade de itens propostos dependeu da elaboração e aplicação de pré-testes e de sua validação estatística.

¹² As outras duas escalas relacionavam-se as atitudes formadas pelas influências da religião e da experiência de trabalho na formação dos trabalhadores. Não constituem foco deste estudo.

As contribuições da família e da escola sob a ótica de trabalhadores: papéis coincidentes na formação?

O discurso dos operários sobre sua formação é valorizado na obra do historiador britânico Thompson, considerando não somente as perspectivas econômicas sobre a formação, mas a construção de experiências em sua multiplicidade histórica. Situando-se em relação ao passado, relendo suas relações familiares e na escola, os trabalhadores se colocam diante dos processos sociais vividos. A inserção nas relações de produção está ligada às experiências dos sujeitos como pertencentes ao operariado, envolvidas pelas condicionantes culturais e influenciada pela consciência de classe.

No texto de “A formação da classe operária inglesa”, Thompson propõe a substantivação do gerúndio de *to make*, salientando o processo de “autofazer-se” operário na história¹³. Afirma: “a classe operária não surgiu como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se”¹⁴. O movimento do formar-se ou fazer-se é emblemático: “A classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada”¹⁵.

As vozes dos trabalhadores sobre a própria formação configuram, em primeiro plano, habilidades aprendidas na família e na escola. Simultaneamente, proporcionam a percepção do capital familiar e escolar incorporado na ação educativa institucional.

As habilidades foram agrupadas em duas categorias analíticas. Uma engloba as relacionadas a **regras e normas sociais intervenientes no conteúdo do trabalho**: ter respeito, ter higiene, obedecer, responsabilidade, cumprir horário, organização, ser disciplinado, amor ao trabalho, prestar atenção e usar ferramentas ou máquinas. Outra, as vinculadas à capacidade de **uso da linguagem ou comunicação**: saber trabalhar em grupo, falar bem, comunicar-se, analisar, falar outra língua, interpretar, redigir, ler, escrever e contar.

As respostas elaboram uma primeira conclusão: os **elementos influentes do processo formativo familiar e escolar são os mesmos**. Ou seja, família e escola atuam de modo coincidente na formação dos trabalhadores, constituindo-se em lugares de aprendizagem de habilidades de mesma natureza. Pode-se questionar: numa cultura de

¹³ O clássico *The Making of the English Working Class*, valorizando as vozes dos trabalhadores, foi construído de modo que se entendesse o sujeito resgatando seus ofícios e tradições, suas aspirações e experiências.

¹⁴ THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.I. p.9.

¹⁵ *Ibidem*, p.17.

trabalho específica, as funções da escola e da família são as mesmas? A formação para o trabalho é um processo determinante da ação institucional? No estágio atual das relações de produção e da preparação da força de trabalho assalariada, família e escola formam igualmente, orientadas para a elaboração da classe operária?

Tanto a família quanto a escola alojam dimensões da produção. Ambas realizam atividades reprodutivas nos planos material e ideológico, possibilitando ao trabalhador a reposição e atualização de sua força de trabalho. Criam condições para a assimilação e compartilhamento de atitudes que possibilitam a formação de um ser-para-o-trabalho. A observação de Nogueira (2005, p.7) a respeito da intensificação da responsabilidade parental quanto aos filhos contribui para que se compreendam as respostas dos trabalhadores quanto à relação família e escola. As famílias estão mobilizando estratégias formativas cada vez mais próximas e similares às utilizadas pela escola, com o objetivo de promover o sucesso e competitividade dos filhos no mercado de trabalho. Na cultura do trabalho local aparece uma forte sintonia entre os projetos e estratégias formativas da família e da escola, evidenciada não somente porque os operários apontaram que as influências coincidem, mas pelo fato de indicarem que há variação na intensidade da contribuição familiar ou escolar para cada uma das habilidades: há contribuições mais “próprias” da família e outras, da escola. Mostram também que as instituições têm reelaborado alguns de seus papéis. Junto das funções instrumentais, aspectos ético-morais, habilidades e outros saberes de cunho técnico-científico alargam o leque das contribuições formativas oriundas tanto da família como da escola.

Os trabalhadores destacam habilidades de natureza **ético-moral**, relacionadas às regras e normas sociais que intervêm nos conteúdos do trabalho humano: ter respeito, ter higiene, saber obedecer, ter responsabilidade, saber cumprir horário, ter organização, ser disciplinado, amor ao trabalho e prestar atenção.

A formação mediada pela **família** é apontada como mais significativa para as atitudes de **respeito, higiene, obediência, responsabilidade e saber cumprir horário**. Esse conjunto ilustra o debate sobre os arranjos familiares na configuração social local e a natureza das relações entre a parentela, permitindo caracterizar a ação das famílias, explicitando que estratégias de formação, num sentido mais amplo, e de educação, mais restritivamente, são elaboradas. Evidente é a subordinação ao destino de trabalhador da fábrica relacionado a um ideário de que o ambiente laboral é regulado por relações

calcadas nos mesmos valores das famílias. Embora as componentes ideológicas da formação de cunho ético-moral acabem conflitando com projetos e disposições dos sujeitos, pais e filhos compartilham a noção de que esse conjunto de habilidades favorece o acesso e permanência no trabalho. Assim, que o filho respeite o patrão como respeita ao pai, obedeça do mesmo modo que atende à mãe, cuide do ambiente de trabalho como se fosse a própria casa. Há um ideal de educação familiar a reproduzir. Tais atitudes podem ser entendidas, de acordo com a concepção de Bourdieu, como elementos de “herança”, relacionada à reprodução de uma posição social, confirmando ou gerando contradições quanto às atitudes e valores da linhagem familiar pré-existente:

Com efeito, é certo que, nas sociedades diferenciadas, coloca-se de maneira muito particular a questão absolutamente fundamental em toda sociedade que é a ordem das sucessões, ou seja, a gestão da relação entre pais e filhos e, mais precisamente, da perpetuação da linhagem e de sua herança, no sentido mais amplo do termo.¹⁶

Alguns dados obtidos sobre as famílias dos trabalhadores ajudam a entender tal aspecto. Por exemplo, mais da metade delas reúne até 4 pessoas; o salário de cerca de 70% dos trabalhadores incorpora a renda familiar; é comum dois ou mais integrantes do mesmo agrupamento familiar trabalhando na empresa. As hierarquias estão no lar e na fábrica, similarmente. A rotina exige que as atividades domésticas sejam planejadas e controladas como os processos na produção. Em casa, há hora para comer e para ver televisão! Na fábrica, o tempo de refeição é limitado e até o tempo gasto para ir ao banheiro é cronometrado! A família conforma-se às exigências da cultura de trabalho existente.

E agora, em que contribui a escola, principalmente? Forma para que o sujeito saiba **cumprir horário, ter respeito, ter higiene, prestar atenção e ter responsabilidade**. E os aspectos éticos permanecem nas instituições no decorrer do tempo: ontem, a formação para o trabalho caracterizava a pedagogia das antigas escolas alemãs, enquanto hoje a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos artigos 1º e 2º, reitera que a educação abrange processos formativos desenvolvidos na família e no trabalho, sendo a finalidade da educação qualificar para o trabalho.

É conhecido o discurso pedagógico recorrente: se o conteúdo está no currículo, é porque será utilizado num futuro trabalho, no exercício de uma profissão qualquer; comportamentos hoje exigidos da criança e do jovem possibilitam o seu

¹⁶ BOURDIEU, P. As contradições da herança. In: NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. (Orgs.) *Escritos de Educação*. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p.231.

desenvolvimento moral! Ou seja, o que a escola valoriza coincide com os desejos das famílias. “Os pais das camadas populares [...] ...reconhecem a importância do capital escolar e que sua aquisição poderá acarretar melhoria nas condições de trabalho e na possibilidade de mobilidade social,...” (Romanelli, 2003, p.252).

A escola constitui outra instituição fundamental na transmissão da herança, sendo que o estreitamento de sua relação com a família vem aliando-as continuamente no processo formativo:

A instituição do herdeiro e o efeito de destino que ela exerce – até então, atribuições exclusivas da palavra do pai ou da mãe, depositários da vontade e da autoridade de todo o grupo familiar – competem, hoje, igualmente à Escola, cujos julgamentos e sanções podem não só confirmar os da família, mas também contrariá-los ou opor-se a eles, e contribuem de maneira absolutamente decisiva para a construção da identidade. É o que explica, sem dúvida, o fato de que a Escola se encontre, freqüentemente, na origem do sofrimento das pessoas entrevistadas, frustradas ou em seu próprio projeto ou nos projetos que fizeram para seus descendentes, ou ainda pelos desmentidos infligidos pelo mercado de trabalho às promessas e garantias da Escola.¹⁷

A ênfase nos elementos formativos de natureza ético-moral pode ser discutida tanto sob perspectiva durkheimiana como naquela de Bourdieu e Passeron, uma vez que a questão dos valores aparece no exame das funções da escola. Rosa (2000, p.5-7) enfatiza a abordagem de Durkheim sobre a atuação escolar na educação moral, pois é “...instituição socializadora relevante para a formação do sujeito moral, cabendo-lhe fazer com que a criança internalize o conjunto de idéias, sentimentos, certas formas de ver e de sentir que definem uma dada sociedade”. Depois traz o conceito de *habitus*, proposto por Bourdieu e Passeron, implicando a internalização, homogeneidade e partilha de valores:

Essas disposições são formadas nos vários espaços de socialização por onde circulam os indivíduos, o primeiro dos quais é a família; segundo Bourdieu e Passeron o *habitus* adquirido na família está no princípio da estruturação das experiências escolares e é sobre ele que a escola trabalha visando inculcar ou reforçar valores de modo a dotar esses indivíduos – os alunos – de “uma mesma formação durável e transferível (*habitus*) isto é, de esquemas comuns de pensamento, de percepção de apreciação e de ação” (Bourdieu e Passeron, 1982, p.204-5).¹⁸

Considerados os elementos de formação quanto **ao uso da linguagem ou da comunicação**, resulta que a influência da escola é considerada majoritária, embora as

¹⁷ Ibidem, p.231.

¹⁸ ROSA, D.I. Trabalho pedagógico e socialização: considerações sobre a contribuição da escola para a formação do sujeito moral. In: ANPEd, 23, 2005, Caxambu. CD-ROM.p.7-8.

respostas destaquem as mesmas habilidades, equivalendo as influências recebidas da família e da escola. Em ordem decrescente quanto aos percentuais de concordância, apareceram como **influências das duas instituições** as habilidades relacionadas a **saber trabalhar em grupo, falar bem, comunicar-se, analisar, falar outra língua, interpretar e redigir**.

Que o sujeito leia, escreva e saiba fazer contas! É algo que cabe mais à escola do que à família, embora acima de 50% dos respondentes destacam a ação familiar na elaboração dessas habilidades. O domínio da leitura, da escrita e das operações básicas da matemática foram menos enfatizados que outras potencialidades da linguagem. Explicita-se uma contradição: se os processos de produção absorvem inovação tecnológica e, conseqüentemente, são exigidas dos trabalhadores a leitura e interpretação, a redação e o cálculo, que condições os levam a avaliar que o conteúdo de seu trabalho não exige, algumas vezes, mais do que precário domínio daquelas habilidades? O trabalho real, especialmente nos níveis de produção, não requer um domínio da língua portuguesa e da matemática superior ao aprendido nos primeiros anos da escolarização obrigatória? Exigir que os filhos se dediquem à escolarização obrigatória é necessário, pois isso potencializa a melhoria de qualidade de vida das famílias na medida em que seus componentes passam a receber salário. Mas as possibilidades que estar empregado trazem determinam o ingresso precoce no mercado de trabalho (in)formal, e a escola passa para um segundo plano. E basta o que foi aprendido nos primeiros anos de escola para o exercício no trabalho!¹⁹

A validação de atitudes formadas pela família e escola, quando pensada diante da perspectiva da alteração e intensificação de suas relações, explicita a modificação presente no interior das duas instituições. Afirma Nogueira (2005, p.8), referindo-se ao impacto das concepções liberais nas instituições educacionais:

Tais princípios que se prolongaram no tempo, revestem-se, nos dias atuais, de uma forte preocupação com a coerência entre, de um lado, os processos educativos que se dão na família e, de outro, aqueles que se realizam na escola. O que significa que a instituição escolar hodierna deve conceber seu trabalho educativo em conexão com as vivências trazidas de casa pelo educando.

Os trabalhadores dizem que seu trabalho não solicita, prioritariamente, habilidades de comunicação. Comparado com o percentual de acordo quanto à

¹⁹ Não vou debater a questão das exigências artificiais de qualificação para os postos de trabalho, ou seja, o fato de que para o exercício do trabalho real as habilidades exigidas são, objetivamente, menos complexas do que aquelas listadas como requisitos para competir pelas vagas.

influência das habilidades de natureza ético-moral, é menos enfatizado o rol de contribuições formativas relacionadas ao uso da linguagem. Que sentido isto assume na sociedade da informação, tal como hoje concebida? Não são as habilidades comunicativas sempre mais exigidas de todos, especialmente no mundo do trabalho? Seria a indicação de que o frenético ritmo da produção, a incorporação da inteligência humana às máquinas e a automatização resultam na solicitação cada vez menor de comunicação entre os trabalhadores, restringindo-a às operações do trabalho?

Sendo mínimas as possibilidades de comunicação no exercício do trabalho, como se justifica diante da família o investimento escolar para formar sujeitos que “falem bem”, se comuniquem, redijam e até mesmo falem uma segunda língua? O quanto as famílias trabalhadoras corroboram a necessidade de domínio mais profundo da linguagem em seus diversos gêneros? Estaria tacitamente colocada a percepção da família operária de que habilidades de comunicação são requisitos dos níveis de gestão, nos quais aspectos como criatividade, convencimento e influência são objetivados através do poder da palavra? A contribuição formativa das escolas para os filhos de trabalhadores seria limitada, sendo o domínio da língua e de outras possibilidades comunicativas desnecessário e difícil de desenvolver? As dificuldades para que os alunos se tornem bons falantes e redatores seriam mais facilmente enfrentadas nas escolas em que estudam os privilegiados, uma vez que o projeto escolar coincide com o familiar? A formação escolar que preconiza o domínio superior da retórica e da escrita elabora novas ferramentas de dominação, a serviço daqueles predestinados a ocupar lugares de comando no trabalho? Possíveis interpretações do discurso operário não pretendem reforçar determinismos sociológicos, mas admitem a percepção pelos trabalhadores dos distintos usos sociais da língua, dos papéis da família e da escola e, ainda, da natureza do próprio trabalho.

Por fim, se considero as **influências simultâneas e de mesma natureza oriundas da família e da escola**, quanto ao cumprimento de **regras e normas exigidas no exercício do trabalho, o que mais se requisita do trabalhador é ter respeito, ter higiene, saber cumprir horário e ter responsabilidade**. Esse rol de atitudes diante das exigências do trabalho indica que as relações entre família e escola, contemporaneamente, tendem à intensificação e explicitam a coincidência de funções de formação. Ratifica Nogueira (2005, p.11): “Escola e Família intensificam suas relações de modo nunca antes conhecido”. Tendo a concordar com a autora e seu argumento

sobre a mudança ocorrida nas relações entre as famílias e a escola, explicada pelos processos de “aproximação”, “individualização” e “redefinição dos papéis”.²⁰ A ótica dos trabalhadores leva à interpretação semelhante.

Formação coincidente?

A diversidade de constituição, modo de vida e organização das famílias, bem como a heterogênea ação das escolas freqüentadas, transparecem através da ótica dos trabalhadores, aparecendo como variáveis associadas. Possibilitam entender novos fenômenos sociais, na medida em que auxiliam a “...refletir sobre os fatores que estão na base dessa intensificação das interações entre a(s) família(s) e a instituição escolar, bem como sobre as características de que se revestem essas novas formas de relação” (Nogueira, 2005, p.4). Permitem, ainda, inferir sobre como as estratégias de socialização da família e da escola coincidem na formação dos sujeitos, desvelando condições do ambiente cultural intervenientes no processo. Alimentam as possibilidades de compreensão da relação entre as famílias e a escola, assim como do modo como as famílias conduzem os processos de escolarização dos filhos, historicamente mutantes. No mesmo sentido, pode-se teorizar sobre as diversas estratégias educativas e de transmissão de capital escolar da família. O resultado da pesquisa permite dimensionar, com base no discurso dos operários, qual foi o capital incorporado diante da ação formativa familiar e escolar.

Para os trabalhadores, família e escola desempenham papéis coincidentes na sua formação. Há um conjunto de habilidades relacionadas às atitudes que foram engendradas com a contribuição essencial de suas vivências e experiências. A formação institucional é marcada pelas habilidades de cunho ético-moral, relacionadas à existência de regras e normas que intervêm no trabalho. São elas: ter respeito, ter higiene, saber obedecer, ter responsabilidade, saber cumprir horário, ter organização, ser disciplinado, amor ao trabalho e prestar atenção. A seu lado, contribuições relacionadas ao uso das habilidades de comunicação foram destacadas: saber trabalhar em grupo, falar bem, comunicar-se, analisar, falar outra língua, interpretar e redigir.

Novos questionamentos podem dialogar e nutrir-se nas vozes desses trabalhadores, contando sobre famílias, escolas, atitudes e valores - sobre uma cultura do trabalho. Permanece a complexidade. O quanto já é possível compreender sobre as

²⁰ Considerações adicionais sobre tais argumentos são descritas no artigo referenciado.

coincidências e as contradições que vêm metamorfoseando as funções da família e da escola, reposicionando e ressignificando papéis na formação dos sujeitos para o trabalho, no atual estágio do capitalismo? De que modo tal compreensão nos levará a discutir as possibilidades de formação familiar e escolar sob a perspectiva da construção do homem?

Por fim, cabe questionar no que essa “coincidência” pode resultar, no devir do processo histórico. Atuará intensamente na conformação dos indivíduos ao contexto das relações capitalistas ou propiciará, contraditoriamente, a geração, permanência e transformação das contribuições formativas humanizantes e libertadoras das famílias e escolas?

Referências

- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Lei n.9394, de 20 de dezembro de 1996. 4.ed. Florianópolis: SINEPE/SC [s.d.].
- COLÓQUIO NACIONAL, ASSOCIATION FRRANCOPHONE INTERNATIONALE DE RECHERCHE EM SCIENCES DE L'EDUCATION. VI, 1995, Lisboa. *Formação, saberes profissionais e situações de trabalho*. Actas do VI Colóquio Nacional da Secção Portuguesa da AIP ELF/AFIRSE. Lisboa, [S.I.].1995, v.II.
- CONNELL,R.W; ASHENDEN,D.J; KESSLER,S.; DOWSETT,G.W. *Estabelecendo a diferença: escolas, famílias e divisão social*. 7.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- FAUSTO NETO, A. M.Q. *Família operária e reprodução da força de trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.
- FONSECA, A.M. O trabalho e a educação. Uma educação para o trabalho. In: COLÓQUIO NACIONAL, ASSOCIATION FRRANCOPHONE INTERNATIONALE DE RECHERCHE EM SCIENCES DE L'EDUCATION. VI, 1995, Lisboa. *Formação, saberes profissionais e situações de trabalho*. Actas do VI Colóquio Nacional da Secção Portuguesa da AIP ELF/AFIRSE. Lisboa, [S.I.].1995, v.II. p.199-214.
- MACHADO, L.R.S. Qualificação do trabalho e relações sociais. In: FIDALGO, F.S. *Gestão do trabalho e formação do trabalhador*. Belo Horizonte, MG: Movimento de Cultura Marxista, 1996.
- MALINOWSKI, B. *Uma teoria científica da cultura*. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

- MÜLLER, T.L. (Org.) Nacionalização e imigração alemã. São Leopoldo: Unisinos, 1994.
- MÜLLER, T.L. A nacionalização e a escola teuto-brasileira evangélica. In: MÜLLER, T.L. (Org.). *Nacionalização e Imigração Alemã*. São Leopoldo: Unisinos, 1994. p.65-86.
- NOGUEIRA, M.A. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. In: *ANPEd.*, 28, 2005, Caxambu. CD-ROM.
- NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. (Orgs.) *Escritos de Educação*. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- PACHECO, J.A. O significado da escolaridade obrigatória na perspectiva do mundo do trabalho: a necessidade de um perfil educativo In: COLÓQUIO NACIONAL, ASSOCIATION FRFRANCOPHONE INTERNATIONALE DE RECHERCHE EM SCIENCES DE L'EDUCATION. VI, 1995, Lisboa. *Formação, saberes profissionais e situações de trabalho*. Actas do VI Colóquio Nacional da Secção Portuguesa da AIPELF/AFIRSE. Lisboa, [S.I.].1995, v.II. p.223-232.
- ROMANELLI, G. Questões teóricas e metodológicas nas pesquisas sobre família e escola. In: ZAGO, N.; CARVALHO, M.P.; VILELA, R.A.T. (Orgs.) *Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.245-264.
- ROSA, D.L. Trabalho pedagógico e socialização: considerações sobre a contribuição da escola para a formação do sujeito moral. In: *ANPEd.*, 23, 2005, Caxambu. CD-ROM.
- SANTOS, A.V. *Grandeza pelo trabalho: formação de trabalhadores e cultura do trabalho em Jaraguá do Sul*. 2003. 274p. Tese. (Doutorado em Educação) Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.
- SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, C.J. et.al. (Orgs.) *Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- SCHADEN, E. Aspectos históricos e sociológicos da escola rural teuto-brasileira. In: *I Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros*. Porto Alegre: UFRGS, 1963, p.65-77.
- SEYFERTH, G. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 1990.
- THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v.
- ZAGO, N.; CARVALHO, M.P. VILELA, R.A.T. (Orgs.) *Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.